ENEPEX
ENCONTRO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO
8° ENEPE UFGD • 5° EPEX UEMS

O INGRESSO DE ALUNOS EGRESSOS DA EJA NO CURSO DE PEDAGOGIA DA UFGD - TURMA DE 2013

PAZ, Sebastiana[1]; SANTOS, Maria de Lourdes dos[2]
[1]Discente de Pedagogia da FAED/UFGD. E-mail: tiana_paz@hotmail.com. 2 Professora Adjunta da Faculdade de Educação - FAED/UFGD. E-mail: marialourdes@ufgd.edu.br.

RESUMO: O artigo discute o acesso ao espaço educacional de Ensino Superior de alunos egressos da Educação de Jovens e Adultos (EJA), analisando aparatos jurídicos legais e os direitos garantidos a educação pela Constituição Federal de 1988 (CF/88), complementada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB/96), e a permanência de educandos nos cursos de licenciaturas e demais cursos, enquanto formação inicial de nível superior. Na década de 1990 foram realizados empreendimentos no campo político e educacional, que deram novos contornos a educação básica e a EJA, com a finalidade de erradicar o número de analfabetos adultos no Brasil. Para alcançar os objetivos realizamos leituras e análises documentais de artigos, dissertações, monografias, teses, matérias de jornais, revistas e legislação sobre a temática. E aplicamos questionários aos alunos ingressantes no curso de Pedagogia da Faculdade de Educação (FAED) da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) no ano letivo de 2013.
Palavras chaves: Educação Tardia. Ensino Superior. Cidadania.

Introdução

A educação escolar ainda é o maior e melhor instrumento de mudança social, por meio da mesma o homem consegue compreender melhor a si mesmo e ao mundo em que se vive, seja ela apreendida em qualquer fase da vida humana. O Brasil é conhecido historicamente por sua defasagem educacional, ou seja, devido ao seu grande índice de analfabetismo na vida adulta. Porém, já deu um grande passo nas questões que se referem à alfabetização de jovens e adultos, por meio de alguns projetos e politicas voltadas para esta questão.

Durante vários anos foram desenvolvidos projetos para a alfabetização de jovens e adultos, destacando-se, portanto, alguns deles como o MOBRAL – Movimento Brasileiro de Alfabetização, de 1967-1985; Fundação Educar, de 1986-1990 e o Programa Brasil Alfabetizado, de 2003 até o momento atual.

A Constituição Federal de 1988 e a LDB/1996, confere aos municípios a responsabilidade pelo Ensino Fundamental, e estabelece aos sistemas de ensino assegurar gratuitamente aos jovens e adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, as oportunidades educacionais apropriadas, considerando as características do aluno, seus interesses, condições de vida e de trabalho. Também cabe a esses sistemas de ensino, viabilizar e estimular o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre os diversos setores das esferas públicas.

Considerando a trajetória da EJA no Brasil, este tem sido pautado por campanhas e movimentos desenvolvidos, a partir da administração federal, com envolvimento de organizações da sociedade civil, visando à realização de propostas ambiciosas de eliminação do analfabetismo e formação de mão-de-obra qualificada, em curto espaço de tempo.

Nos dias de hoje a alfabetização não busca somente à capacitação do aluno para o mercado de trabalho é também necessário que a escola desenvolva no aluno suas capacidades, em função de novos saberes que se produzem e que demandem um novo tipo de profissional, ou seja, que o educando obtenha uma formação indispensável para o exercício da cidadania.

Devido a ampliação no número de vagas nas universidades, sejam públicas ou privadas, mais pessoas também tem tido acesso a educação superior após a promulgação da LDBEN/96. Sejam por meio de financiamentos como FIES e/ou PROUNI, políticas de cotas, ou pelo aumento crescente do número de vagas em universidades públicas devido a expansão das universidades federais (REUNI), mais pessoas tem se interessado por fazer um curso superior, deixando portanto, de ser uma educação elitizada.

No entanto, sabe-se que o número de pessoas que concluem o ensino médio é muito baixo no país. O que se dá por diferentes razões, que trabalharemos mais profundamente no decorrer deste Trabalho de Graduação (TG).

Políticas governamentais como os projetos de Educação de Jovens e Adultos e também a possibilidade de certificação por meio do Exame Nacional para a Certificação de Competências de Jovens e Adultos (ENCEEJA) e o de conclusão do Ensino Médio por meio do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM)[1], tem possibilitado as pessoas

[1] As notas do ENEM são fornecidas diretamente para as universidades federais pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (INEP).

jovens e adultas a concluírem o Ensino Médio e, desta forma, almejarem a uma vaga na universidade.

Também é oferecido pelos sistemas de ensino cursos e exames supletivos, que compreendem a base nacional comum do currículo, habilitando assim progressivamente os estudos em caráter regular.

Com isto, mais e mais pessoas tem procurado a educação de forma tardia visando uma formação superior, com diferentes propósitos, tais como: "melhorar condições de vida"; "poder acompanhar a educação dos filhos na escola"; "arrumar um emprego melhor"; entre outros.

Ou seja, a educação tem possibilitado aos indivíduos jovens e adultos retomarem seu potencial, e desenvolver suas habilidades, confirmando competências adquiridas na educação extra-escolar e na própria vida, com vistas a um nível técnico e profissional mais qualificado. Deste modo, a educação de jovens e adultos representa uma possibilidade que pode contribuir para efetivar um caminho e desenvolvimento de todas as pessoas, de todas as idades.

A educação de adultos torna-se mais que um direito: é a chave para o século XXI; é tanto consequência do exercício da cidadania como condição para uma plena participação na sociedade. Além do mais,

> [...] é um poderoso argumento em favor do desenvolvimento ecológico sustentável, da democracia, da justiça, da igualdade entre os sexos, do desenvolvimento socioeconômico e científico, além de um requisito fundamental para a construção de um mundo onde a violência cede lugar ao diálogo e à cultura de paz baseada na justiça (UNESCO, 2004).

Sendo assim, este trabalho visou analisar o acesso ao espaço educacional de Ensino Superior de alunos egressos da Educação de Jovens e Adultos (EJA), por meio dos aparatos jurídicos legais, a partir dos direitos garantidos à educação pela Constituição Federal de 1988 (CF/88), e complementada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB/96), e a permanência destes educandos nos cursos de licenciaturas e demais cursos, enquanto formação inicial de nível superior.

O interesse pelo tema é decorrente de um primeiro contato com a professora Maria de Lourdes por meio de Projeto referente à temática, no qual participo devido às atividades da Bolsa Permanência. Assim, ao fazer leituras de artigos, dissertações, e do livro do autor Márcio Luiz Bernardim (2008), despertou-me maior interesse, pois, a EJA é abordada de várias formas quanto à metodologia de ensino e a formação dos

educadores. No entanto, percebi que pouco é discutido a respeito do acesso dos alunos egressos da EJA à Universidade, quais são as dificuldades encontradas pelos educandos por serem advindos da educação supletiva e quais as perspectivas dos mesmos quanto ao ingresso na Instituição de Ensino Superior.

1 Objetivos e metodologia da pesquisa

Deste modo, a pesquisa realizada procurou alcançar os seguintes objetivos:

- Identificar o que motivou os alunos á re-ingressar na instituição de ensino, e investigar qual a importância do Ensino Superior para os alunos egressos do EJA.

- Possibilitar a identificação do grau de dificuldades de inserção no Ensino Superior por ser advindo do EJA.

- Verificar a importância do ensino formal/escolar na vida cotidiana e na formação profissional do educando.

- Analisar o acesso ao espaço educacional de Ensino Superior de alunos egressos da Educação de Jovens e Adultos – EJA

- Analisar os conhecimentos adquiridos pelos alunos egressos do EJA, com relação ao aprendizado no espaço universidade.

- Identificar o aprendizado dos educandos com relação à preparação para os processos seletivos (vestibulares).

Para o desenvolvimento da pesquisa e elaboração deste artigo utilizamos uma metodologia que privilegia a narrativa de alunos egressos de programas de educação de Jovens e Adultos (EJA). Assim, a pesquisa voltou-se para a compreensão dos impactos da vivência de exclusão precoce da escola e de uma experiência de escolarização tardia e sobre quais consequências geram na vida de adultos das camadas populares.

Buscamos paralelamente levantar elementos para verificar a pertinência de se considerar a EJA como um mecanismo que permite atenuar as consequências da exclusão social, contribuindo na luta em favor da efetivação da cidadania.

A pesquisa inscreve-se nos campos temáticos da EJA; exclusão da escola e educação e cidadania, conclusão da educação básica e formação profissional. Esses campos temáticos foram articulados entre si, e posteriormente, essa articulação foi confrontada com dados empíricos coletados especificamente para este fim.

Constituindo-se uma pesquisa do tipo qualitativa, pautando-se pela compreensão da experiência escolar e dos resultados do fazer educativo a partir dos sujeitos para e sobre os quais tal fazer se desenvolve.

A realização da pesquisa nos possibilitou identificar o rico potencial analítico que o trabalho investigativo com os alunos egressos da EJA e ingressos na universidade representam, bem como as possibilidades que o enfoque na experiência escolar abre para a compreensão da ação que se desenvolve nas instituições educacionais.

Trabalhamos a partir dos referenciais de Márcio Luiz Bernadim (2008), com o conceito de "educação tardia" e define que:

> A Educação de Jovens e Adultos, no sistema educacional brasileiro, poderá servir para reproduzir os interesses da classe dominante ou para democratizar o acesso do saber sistematizado. Mas se a classe trabalhadora avançar da consciência ingênua para compreensão da importância da educação, a EJA poderá deixar de ser apenas um espaço de relativa autonomia para se converter em uma conquista histórica da classe para o devir de uma situação social igualitária. (BERNARDIM, 2008, p. 180)

Sendo assim, para alcançar os objetivos propostos nesta pesquisa, realizamos leituras e análise de artigos, dissertações, monografias, teses e demais textos acadêmicos, bem como matérias de jornais e revistas e legislação a cerca da temática. Também houve a realização e a aplicação de questionários objetivos com alunos ingressantes no curso de Pedagogia da Faculdade de Educação (FAED) da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) no ano letivo de 2013, para verificar as questões colocadas.

2 A Educação de Jovens e Adultos no Brasil

Neste item do artigo abordamos informações a respeito da EJA, onde pode se observar que houve avanços com relação a atenção dispensada a educação no Brasil. Desde meados do século XIX, que o nosso país vem tentando a erradicação do analfabetismo, por meio de influências de movimentos populares e campanhas de alfabetização, os quais vieram enfatizar a responsabilização do Estado com relação a educação. A EJA foi assim constituída a partir "de um esforço dos governos, sob pressão dos organismos internacionais, para enfrentar dois problemas da sociedade dita globalizada: a baixa produtividade e o desemprego estrutural" (BERNARDIM, 2008).

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, a legislação Brasileira dispensou um pouco mais de atenção ao EJA. E de acordo com Art.208:

> O dever do estado com a educação será efetivado mediante garantia de:
> I- ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria:
> II- progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao ensino médio.
> VI- oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando (BRASIL, 1988, 142)

Ainda, segundo Bernardim (2008, p.77), a partir da promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), em 1996, surgiram políticas visando à erradicação do analfabetismo, como a Educação de Jovens e Adultos e, inúmeras iniciativas políticas com este fim. Sendo que, os programas de maior abrangência criados pelo Governo Federal são "Alfabetização Solidaria" e "Brasil Alfabetizado". O primeiro criado em 1997 com o governo de FHC, por meio de parceria entre o MEC e a UNESCO, o segundo surgiu em 2003 com o governo Lula, contando com a participação de estados, municípios, empresas privadas e sociedade civil em geral, sob a coordenação do MEC.

Considera-se que o analfabetismo é oriundo da falta de atuação do governo, tendo em vista a precariedade quantitativa e qualitativa das escolas primárias para as crianças, surge à ideia de uma ação supletiva do Estado para atender aos analfabetos, agora não mais somente restrito a um empenho alfabetizador, mas segundo Fávero (2004 apud BERNARDIM, 2008), visando a "inserção na vida produtiva industrial e na vida cívica urbana" (p. 82).

O MEC por sua vez assume as devidas responsabilidades, e legitimando-a por meio, de lei complementar a LDB (Lei nº 9.394/96). Sendo que de acordo com o art. 37 parágrafo II, da referida lei, cabe ao governo,

> [...] estimular o acesso da população á essa modalidade educacional e oferecer condições de funcionamento digna para que sejam de fato efetivados os seus objetivos, que são de inclusão social e melhoria de qualidade de vida pessoal e profissional dos educandos (BRASIL, 1996).

E assim, de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação:

> **Art. 1º** Esta Resolução institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos a serem obrigatoriamente

> observadas na oferta e na estrutura dos componentes curriculares de ensino fundamental e médio dos cursos que se desenvolvem, predominantemente, por meio do ensino, em instituições próprias e integrantes da organização da educação nacional nos diversos sistemas de ensino, à luz do caráter próprio desta modalidade de educação.
> **Art. 2º** A presente Resolução CNE/CEB 11/2000 abrange os processos formativos da Educação de Jovens e Adultos como modalidade da Educação Básica nas etapas dos ensinos fundamental e médio, nos termos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em especial dos seus artigos 4º, 5º, 37, 38, e 87 e, no que couber da Educação Profissional (BRASIL, 1996).

Além da oferta do ensino fundamental e médio, é possível a integração da EJA aos cursos da educação profissional, possibilitando assim ao educando além de alcançar o nível fundamental ou médio, galgar uma qualificação profissional para atuar no mercado de trabalho, e também almejar sua inserção ao Ensino Superior.

3 O Ensino Médio no Brasil e as Formas de Ingresso no Ensino Superior

Em análises, a diversos artigos e dissertações sobre a educação brasileira, e partindo da necessidade de compreender melhor a história educacional, apresentamos um breve relato sobre o funcionamento do Ensino Médio e profissionalizante no Brasil, e os meios para inserção nas Instituições de Ensino Superior, visando melhor entendimento, abordando as resoluções legais, as propostas das Leis de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira.

O Ensino Médio, no Brasil, foi instituído no período colonial pelos jesuítas e ficou aos cuidados dos mesmos do século XVI ao XVIII, visto “que o reino português não custeava o ensino na colônia” (QUEIROZ, et, all., 2009, p. 2). O ensino brasileiro esteve ligado a estes até 1759, período em que foram expulsos pelo rei de Portugal. Pois, o modelo de ensino oferecido pelos religiosos não atendiam aos interesses da Metrópole, com isso houve mudanças no ensino para atender aos interesses políticos.

Contudo, segundo Queiroz et. all., a educação apresentava um caráter seletivo e elitista, pois seu principal objetivo era a preparação da classe dominante para o ingresso no ensino superior, fora do país, ou mesmo nos cursos que estavam sendo criados no Brasil, no início do século XIX. Ainda, nesse período houve a divisão de responsabilidade da oferta de ensino, as províncias ficaram com o ensino primário e secundários, e a Corte com o ensino superior. Com a revolução de 1930, liderada por

Getúlio Vargas, o país passou ter um órgão governamental responsável pela educação, pois nesse período foi criado o Ministério da Educação (QUEIROZ, et, all., 2009, p. 2).

Compreende se o Ensino Médio como a etapa final da Educação Básica, que é composta também pela Educação Infantil e Ensino Fundamental. Sendo que:

> [...] é papel da educação básica a garantia da formação sendo indispensável para o exercício da cidadania, a todos os brasileiros e o fornecimento dos meios para a progressão no trabalho e nos estudos posteriores (QUEIROZ, et, all., 2009, p. 3).

Cabe destacar que os principais documentos que regem a educação básica no país são: a Constituição Federal (CF/88), as Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB/96), e o Plano Nacional de Educação (PNE). No contexto jurídico legal o Ensino Médio tem respaldo no art.35 da LDB/96, incisos de I ao IV, o qual estabelece suas finalidades:

> **Art. 35.** O ensino médio, etapa final da educação básica, com duração mínima de três anos, terá como finalidades:
> **I** - a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos;
> **II** - a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores;
> **III** - o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico;
> **IV** - a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina (BRASIL, 1996).

A partir daí surge uma nova relação entre a educação e o mercado de trabalho, sendo papel do Ensino Médio a preparação não só para o mundo do trabalho, mas também para operação das novas tecnologias surgidas. Com as transformações ocorridas no país, no âmbito político, social e econômico, dentre elas o processo de globalização, houve a necessidade de mudanças na educação.

Para tanto, a fim de preparar os jovens para essa nova realidade no mercado de trabalho, o Ministério da Educação (BRASIL, 2002), considera que:

> a) os processos produtivos de bens, serviços e conhecimentos com os quais os alunos se relacionam no seu dia a dia, bem como os processos com os quais se relacionará mais sistematicamente na sua formação profissional e,

> b) a relação entre teoria e prática, entendendo como a prática os pro cessos produtivos, e como teoria, seus fundamentos científicos tecnológicos.

Ainda, de acordo com Queiroz et. all. (2009, p. 4)., o ensino médio no Brasil desde o principio traz uma dicotomia em que prevalece uma forma de estudo destinado a preparação para o ingresso no ensino superior e outra que prepara para o mercado de trabalho. No entanto, nas últimas décadas essa modalidade de ensino tem se destacado mais ainda pelas possibilidades de ingresso ao Ensino Superior.

3.1 Vestibulares, PROUNI, Certificação por meio do ENEM: formas de acesso ao ensino superior

Por meio de pesquisas realizadas em sites governamentais e do Ministério da Educação verificamos que o vestibular é a forma mais comum e tradicional para se ingressar no ensino superior. Com maior ou menor rigor o mesmo é usado em todas as instituições que possuem esta modalidade de ensino. O processo seletivo pode ser aplicado pela própria instituição ou por empresas especializadas.

Já o Exame Nacional de Ensino Médio (ENEM), surgiu em 1998 para medir o desempenho dos estudantes do Ensino médio. Com a sua reestruturação em 2009, passou a ser uma das formas de ingressar no ensino superior, traz questões objetivas sobre o conteúdo aprendido no ensino médio e uma redação. A nota do ENEM também é utilizada de outras maneiras: na primeira fase do vestibular como parte da nota final e também para preencher vagas remanescentes nas instituições.

Outra forma utilizada pelas universidades é o Sistema de Seleção Unificada (SiSU)**.** O qual se trata de um processo organizado pelo Ministério da Educação (MEC) para selecionar os candidatos às vagas nas instituições públicas por meio da nota obtida no ENEM (BRASIL, 2009).

Conforme dados e informações contidos no site Portal Brasil (http:// http://www.brasil.gov.br/educacao/2009/11/ensino-superior), o ensino superior no Brasil é oferecido por universidades, centros universitários, faculdades, institutos superiores e centros de educação tecnológica. O cidadão ingressante pode optar por três tipos de graduação: bacharelado, licenciatura e formação tecnológica. Os cursos de pós-graduação são divididos entre lato sensu (especializações e MBAs) e Strictu Sensu (mestrados e doutorados) (BRASIL, 2009).

Algumas faculdades e universidades também optam por processos de seleção baseados em entrevistas ou nas informações pessoais e profissionais dos candidatos, como grau de escolaridade, cursos, histórico escolar ou experiência e desempenho profissional (BRASIL, 2009).

Quanto ao financiamento do ensino superior, podem ser os seguintes: Programas de crédito privado, o Programa Universidade para Todos (Pro Uni) criado pelo MEC, no governo Lula, por meio da Lei nº 11.096/2005. Sua finalidade é conceder bolsas de estudos integrais e parciais a estudantes de cursos de graduação e cursos sequenciais de formação específica, no ensino superior em instituições particulares e, também temos programas e ações como o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES), cujo objetivo é:

> [...] é financiar a graduação na educação superior de estudantes que não têm condições de arcar com os custos de sua formação. Para candidatar-se ao Fies, os alunos devem estar regularmente matriculados em instituições privadas, cadastradas no programa e com avaliação positiva nos processos avaliativos do MEC (BRASIL, 2009).

Com relação a expansão do ensino superior, temos o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) instituído pelo Decreto nº 6.096/2007, que buscou ampliar o acesso e a permanência na educação superior. O intuito do mesmo é "dobrar o número de alunos nos cursos de graduação em dez anos, a partir de 2008, e permitir o ingresso de 680 mil alunos a mais nos cursos de graduação" (BRASIL, 2007). Para tanto, todas as universidades federais deveriam aceitar fazer parte do programa e apresentarem ao Ministério da educação, planos de reestruturação, seguindo as orientações colocadas pelo Reuni. Dentre as ações previstas pelo programa incluíam o aumento de vagas, a ampliação ou abertura de cursos noturnos, bem como o aumento do número de alunos por professor, a redução do custo por aluno, a flexibilização de currículos e o combate à evasão (BRASIL, 2007).

4 O curso de Pedagogia da UFGD

Neste item do artigo vamos tratar um pouco do histórico do curso de licenciatura em pedagogia da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)[2]. O mesmo,

[2] A Universidade Federal da Grande Dourados teve sua origem em um conjunto de medidas relativas ao ensino superior, editadas pelo Governo do Estado de Mato Grosso, entre 1969 – 1970, e pelo governo federal, em 1979, 2005 e 2006. Os cursos do CEUD criados a partir de 1979 são os seguintes: Pedagogia

pertence à Faculdade de Educação (FAED), uma das nove Faculdades da UFGD, tendo sido o primeiro curso da área a ser implantado em Dourados. Sua implantação se deu mesmo antes da criação da UFGD, e era vinculado à Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). O curso que hoje funciona no Campus Universitário da UFGD, na chamada Unidade 2, foi o primeiro implantado no então CEUD (Centro Universitário da Grande Dourados), na época um campus da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, em agosto de 1979, com 40 vagas. O mesmo segundo informações constantes no Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia – Licenciatura (UFGD, 2009, p. 6), teve "como referência o Curso oferecido no Campus de Corumbá, da mesma UFMS, sob a forma de extensão. Essa condição inicial durou até 1983".

O curso funciona na modalidade de ensino presencial. Seu regime de matrícula é o de crédito semestral. O tempo de duração do mesmo é de quatro anos, que equivale a oito semestres. Sendo que o tempo mínimo para sua conclusão são três anos e o máximo sete anos. A carga horária total do curso é de 3948 horas-aula (3290 horas-relógio), são ofertadas 50 vagas anuais, sendo o equivalente ao mesmo de alunos por turma (50 alunos).

A concepção do curso de Pedagogia da UFGD, explicitada no Parecer CNE/CP Nº 5/2005, de 15 de maio de 2006, indica os seguintes termos:

> Entende-se que a formação do licenciado em Pedagogia fundamenta-se no trabalho pedagógico realizado em espaços escolares e não-escolares, que tem a docência como base. Nesta perspectiva, a docência é compreendida como ação educativa e processo pedagógico metódico e intencional, construído em relações sociais, étnico-raciais e produtivas, as quais influenciam conceitos, princípios e objetivos da Pedagogia. Desta forma, a docência, tanto em processos educativos escolares como não- escolares, não se confunde com a utilização de métodos e técnicas pretensamente pedagógicos, descolados de

---

– Licenciatura Plena, como extensão do curso de Pedagogia do Centro Universitário de Corumbá (1979), e a sua desvinculação do Curso de Corumbá em 1982; Geografia Licenciatura Curta (1979); Geografia – Licenciatura Plena (1983); Ciências Contábeis (1986); Matemática – Licenciatura Plena (1987), com a extinção do Curso de Ciências; Geografia Bacharelado (1990); Análise de Sistemas (1996); Administração (1999); Ciências Biológicas-Bacharelado (1999); Direito (1999); Letras – Bacharelado – Habilitação em Secretário Bilíngüe, com opções em Língua Espanhola e Língua Inglesa (1999); Letras – Bacharelado – Habilitação em Tradutor Intérprete, com opções em Língua Espanhola e Língua Inglesa (1999) e Medicina (1999). O aumento do número de cursos provocou a necessidade de ampliação de instalações no CEUD. Na Unidade I do Campus funcionavam os cursos de graduação em História, Geografia e Pedagogia e os de pós-graduação (nível de Mestrado) em História e em Geografia. O Campus de Dourados (CPDO) – pela Lei Nº 11.153, de 29/7/2005, publicada no DOU de 1/8/2005 – tornou-se Universidade Federal da Grande Dourados, por desmembramento da UFMS, tendo sua implantação definitiva em 6/1/2006. (UFGD, 2009, p. 6)

> realidades históricas específicas. Constitui-se na confluência de conhecimentos oriundos de diferentes tradições culturais e das ciências, bem como de valores, posturas e atitudes éticas, de manifestações estéticas, lúdicas, laborais (BRASIL, 2005 apud, UFGD, 2009, p. 12).

Ou seja, o curso de Pedagogia (FAED/UFGD) do qual sou acadêmica, possui como base a docência na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental, visando uma formação articulada aos conhecimentos necessários ao exercício da gestão educacional.

4.1 Formas de acesso a UFGD

As formas de ingresso na UFGD são por meio de concurso vestibular; processo de avaliação seriada; transferências voluntárias de outras instituições de ensino superior (IES) nacionais; movimentação interna; transferências compulsórias; ingresso de portadores de diploma de curso superior de graduação. Sendo que, a partir do ano 2013, os candidatos aos cursos de graduação possuem duas alternativas de acesso a uma de suas vagas, uma por meio do ENEM/SiSu e outra por meio do Processo Seletivo Vestibular. Desde então, a Universidade oferta:

> [...] 50% das vagas dos cursos de graduação para cada forma de ingresso. Mas, para concorrer às vagas via Sisu, os candidatos tiveram que fazer o ENEM. As provas foram aplicadas em outubro de 2013 em todo o território nacional, pelo Ministério da Educação. As informações sobre as notas puderam ser obtidas pelo site< http://enem.inep.gov.br>. A adesão ao Enem/Sisu só não valeram para os cursos especiais da UFGD, como o de Licenciatura Intercultural Indígena Teko Arandu, a Licenciatura em Letras - Língua Portuguesa/Língua Brasileira de Sinais (Libras) e a Licenciatura em Educação no Campo, com habilitação em Ciências da Natureza.
> Cota de 50% - Outra novidade que ocorreu nesse ano na UFGD é que 50% das vagas, em ambas as formas de ingresso Enem/Sisu e Vestibular, foram destinadas para cotistas, antes a Universidade reservava 25% apenas. A reserva de vagas atende a Lei Federal 12.711 de 29 de agosto de 2012 e é voltada para estudantes da rede pública de ensino, considerando renda per capita e cor/raça (UFGD, 2013).

Tais informações e outras relacionadas ao histórico da UFGD e seus cursos estão disponíveis em sites como: http://www.ufgd.edu.br/noticias/oportunidade-ufgd-teve-duas-formas-de-ingresso-enem-sisu-e-vestibular e, em pesquisas realizadas em nível de

graduação[3], de especialização[4] e de mestrado[5] a cerca da oferta de vagas em instituições publicas de ensino superior na cidade de Dourados, a cerca da expansão do ensino superior no Brasil e, sobre o processo de criação da UFGD, entre outros estudos e notícias divulgados pela imprensa local, por exemplo.

4.2 Oferta e demanda por vagas no curso de Pedagogia e o Perfil dos ingressantes ao curso de Pedagogia

A respeito do tema oferta e demanda por vagas no curso de Pedagogia apuramos que a UFGD disponibilizou o numero de 50 vagas, sendo que houve uma concorrência de 7,10 candidatos por vaga para os ingressantes no ano letivo de 2013 (UFGD, 2013b).

Cabe apontar que dentre os cursos de licenciatura ofertados pela universidade, o referido curso é um dos mais concorridos, sendo o segundo mais procurado pelos vestibulandos com o objetivo de se inserir na instituição de nível superior.

Quanto ao perfil dos ingressantes verificamos que na sua maioria pertencem as camadas com menor poder aquisitivo (C e D), ou seja, são provenientes das classes assalariadas. Pois, é composto por cerca de 90% de pessoas do sexo feminino, e muitas se declaram ser casadas e mães de família, que trabalham durante o dia e estudam no período noturno. O mesmo com relação aos ingressantes do ano de 2011, turma na qual sou acadêmica, no entanto, a mesma era composta por 100% de mulheres de várias idades.

5 De egresso da EJA a discente da Pedagogia da UFGD

Neste item apresentamos os resultados obtidos a partir dos questionários aplicados junto aos discentes do terceiro semestre de Pedagogia da FAED/UFGD. Optamos por aplicar os questionários a respeito da origem escolar dos alunos desta

---

[3] ROCHA, T. A. F. e SANTOS, M. L. A expansão do ensino superior nos Governos Lula e FHC e as universidades públicas do Mato Grosso do Sul. *Encontro de Ensino, Pesquisa e Extensão* – ENEPE/UFGD, 2013**.**

[4] PEREIRA, Aparecida da Silva Soares. *A Oferta de Ensino Superior Público no Município de Dourados-MS* (2000-2012)**.** Monografia (Especialização). Dourados: UFGD/FAED, 2014.

[5]ALMEIDA, M. M. *Concepção de Desenvolvimento Regional Construída no Processo de Criação e Implantação da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD).* Dissertação (Mestrado em Geografia). Dourados: UFGD/Faculdade de Ciências Humanas, 2012.

turma pelo fato de que o ingresso dos alunos do primeiro semestre letivo de 2014 só ter ocorrido no mês de abril e muitos foram sendo chamados no decorrer do mês de maio.

E, devido ao fato de que no terceiro semestre os mesmos se encontram concentrados nas turmas iniciais e frequentam disciplinas com carga horária de fundamentos e, na sua maioria não frequentam aulas em outras turmas como ocorre após decorrido metade do curso. Também se observa nesta fase do curso que as turmas são maiores, cerca de 50 matriculados, ou seja, ainda não houve um processo de evasão e de reprovação em disciplinas, o que provoca a procura por outras turmas e salas, que não as suas para cumprirem as dependências, por exemplo.

5.2 Discussão sobre os resultados da pesquisa.

Os questionários foram aplicados em duas ocasiões na sala do terceiro semestre de pedagogia, nos dias 14 e 19 de maio de 2014. Em ambas as datas o objetivo foi aplicar um questionário geral, para identificar quais discentes eram egressos de alguma etapa da EJA. Assim, dentre uma turma de 50 matriculados, 36 responderam ao seguinte questionário:

QUESTIONÁRIO APLICADO NA SALA DO 3º SEMESTRE DO CURSO DE PEDAGOGIA/2013 - UFGD/FAED. Sebastiana Paz

Questões fechadas:

1 Qual gênero você se declara:

( ) Masculino ( ) Feminino ( ) outro

2 Qual a sua idade:

( ) 18 a 25 anos ( )25 a 35 anos ( ) 35 a 45 anos ( ) 50 anos ou mais.

3 Concluiu o ensino médio:

( )Ensino regular ( )EJA ( )Supletivo ( )ENCEEJA ( )Outro _____

4 Teve que interromper os estudos em algum período:

( ) 1 a 2 anos ( ) 3 a 4 anos ( ) 5 anos ou mais

5 Qual série ou etapa você frequentou da EJA?

( ) Ens. Fundamental 1 ( ) Ens. Fundamental 2 ( ) Ens. Médio

6 Quais razões o levaram a procurar a Educação de Jovens e Adultos?

7 Forma de ingresso na Universidade:

( ) Vestibular ( ) ENEM ( ) SISU ( ) Portador de Diploma ( ) Mobilidade Acadêmica ( ) outro

8 Por qual motivo estuda a noite:

( ) trabalho ( ) opção ( ) outro

9 Diante disto, qual a sua opinião a respeito da não oferta de EJA pelo poder público?[6]

Após, decorrido o processo anterior de aplicação e análise dos questionários aplicados verificamos as seguintes situações:

- Identificamos que 20% dos discentes são provenientes da EJA, com destaque para aqueles que frequentaram, sobretudo, o ensino médio nesta modalidade de ensino;

- E, conforme, abordado neste artigo podemos confirmar que a maioria desses discentes são do sexo feminino, com idade entre 35 e 45 anos, pois as mulheres se declararam na pesquisa preocupadas em recuperar o tempo perdido;

- Com relação a formação escolar, encontraram na educação de jovens e adultos uma forma mais rápida de concluir o ensino médio, para poder ingressar em uma instituição de ensino superior, e por perceber as possiblidades de valorização salarial e profissional.

Posteriormente, entramos em contato com os 20% de alunos da EJA e aplicamos um questionário específico para identificar, por exemplo, as razões que os levaram a reingressar numa instituição escolar.

QUESTIONÁRIO ESPECÍFICO SOBRE EGRESSOS DA EJA/FAED

Nome: _____

Email: _____

Questões:

1) Qual motivo o levou á re-ingressar na instituição de ensino:
( ) melhoria salarial ( ) para ajudar os filhos ( ) valorização á educação

2) Qual foi a sua preparação para o processo seletivo (vestibular):
( ) estudos pela internet ( ) curso preparatório ( ) estudo dirigido.

3) Qual a sua opinião sobre a educação escolar na sua formação:
_____
_____

4) Qual a importância do Ensino Superior em sua opinião?_____
_____

5) Houve alguma dificuldade ao ingressar no Ensino Superior por ser advindo da EJA?_____.

[6] O questionário foi acompanhado de um resumo explicativo a respeito dos objetivos da pesquisa e, foi solicitado junto a direção e a coordenação de curso uma autorização para a aplicação do mesmo.

A partir das respostas dos questionários específicos verificamos que os discentes enxergam no ensino superior uma oportunidade de ascensão profissional e melhoria salarial, “Um enriquecimento cultural, e muitas oportunidades para um emprego melhor e ajudar futuramente os meus filhos, e se espelhar em mim” (Entrevistada 1).

Para outra significa poder ser exemplo para seus filhos e poder auxiliá-los no desempenho escolar: “O ensino superior nos leva a contribuir para educação dos nossos filhos” (Entrevistada 2).

E, representa também segundo a maioria das participantes uma valorização educacional e cultural: “Um enriquecimento cultural, e muitas oportunidades para um emprego melhor e ajudar futuramente os meus filhos, a se espelhar em mim” (Entrevistada 3).

A entrevistada número 4, afirmou que “O curso superior na minha opinião, abre mais portas para o emprego, além de preparar melhor para uma profissão”. E a número 5 destacou que: “O ensino superior nos leva a contribuir para educação dos nossos filhos”.

Com relação a questão sobre se houve dificuldades de ingressar na universidade e de aprendizagem ao iniciar o curso por serem advindas da EJA, as discentes declararam que: “Sim, tenho muita dificuldade, percebo que não consigo compreender um texto, por mais que leia com atenção” (Entrevistada 2). Outra participando afirmou que: “Mesmo parando por alguns anos nunca deixei de estudar e praticar leituras, mas acredito numa maior dificuldade do que os que seguiram o ensino regular” (Entrevistada 6).

Deste modo, percebemos que conforme apontado nas leituras realizadas durante a pesquisa que a EJA, é percebida pelos discentes como uma possibilidade de preparação e continuidade dos estudos, representando uma maior valorização para o campo do trabalho e também para adquirir conhecimentos, que serão utilizados na vida cotidiana.

Considerações Finais

Conforme proposto nos objetivos iniciais do projeto de TG, verificamos que muitos discentes optaram por frequentar a EJA para recuperar o “tempo perdido” em que passaram fora da escola, o que ocorreu segundo as mesmas por vários motivos, tais como: a necessidade de trabalhar; dificuldades de aprendizagem que geraram

reprovações consecutivas, desinteresse na fase da adolescência em frequentar e permanecer no espaço escolar, gravidez precoce e a distancia entre as moradias e as escolas, dentre outras razões.

Já em relação à EJA, destacaram que a mesma representa uma maneira de acelerar a conclusão da educação básica e, as chances de re-ingressar no espaço educacional, para alcançar seus objetivos de ingressar no ensino superior, visando melhores oportunidades na vida profissional e social.

As respostas dos questionários específicos apontaram que, ainda é muito pequena a quantidade de ingressantes no espaço universitário, dentre os educandos egressos da EJA. E, que afirmaram sentir dificuldades na aprendizagem por serem advindas dessa modalidade de ensino. Pois, esta é oferecida de forma aligeirada, não possibilitando maior aprendizado dos conteúdos ofertados, ficando impossibilitadas de terem melhor aproveitamento dos estudos e, além disto, destacaram o fato de trabalharem durante o dia e estudarem a noite, não tendo disponibilidade para dedicar-se com mais afinco as leituras preparatórias para o vestibular.

Apesar de tantas dificuldades, os discentes, no período dos processos seletivos como e ENEM, por exemplo, recorreram à internet, como meio de complementar a sua preparação para tal finalidade.

Por fim, poder ter participado da pesquisa e descrever um pouco dos seus resultados foi de sua importância para minha formação enquanto docente/pesquisadora da educação básica e, nada mais relevante do que estudar o funcionamento e a história de nossa educação, visando o bom aproveitamento dos conhecimentos adquiridos, com a finalidade de vir agregar dentro do espaço escolar no qual atuarei como pedagoga.

Referências

ALMEIDA, M. M. *Concepção de Desenvolvimento Regional Construída no Processo de Criação e Implantação da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD).* Dissertação (Mestrado em Geografia). Dourados: UFGD/Faculdade de Ciências Humanas, 2012.

ANDRADE, C. Y. Acesso ao ensino superior no Brasil: equidade e desigualdade social. Disponível em: <<http://www.revistaensinosuperior.gr.unicamp.br/artigos/acesso-ao-ensino-superior-no-brasil-equidade-e-desigualdade-social>. Acesso em 24.05.2014.

BERNARDIM, Márcio Luiz. *Educação do Trabalhador:* da escolaridade tardia á educação necessária. 5ª edição. São Paulo: Cortez, 2008.

BRASIL. *Parecer CNE/CEB n°. 11/2000.* Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. Brasília, 2000.

BRASIL. *Plano Nacional de Educação* – PNE: Lei nº 10.172 de 9 de janeiro de 2001. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, 10 de janeiro de 2001 <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10172.htm>. Acesso em fev/2014

BRASIL. *Constituição da Republica Federativa do Brasil de 05 de outubro de 1988.* São Paulo: Atlas, 1988.

BRASIL, Lei n. 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. *Diário Oficial da União*. Brasília, 1996.

BRASIL, Educação: Saiba como funciona o sistema de ensino superior no Brasil. *Portal Brasil***.** Disponível em: <<http:// http://www.brasil.gov.br/educacao/2009/11/ensino-superior. Acesso em maio/2014.

BRASIL, Ministério da Educação. *INEP*: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Disponível em << http://www.inep.gov.br/>>. Acesso em junho/2014.

BRASIL, Ministério da Educação. *Parâmetros Curriculares Nacionais*: Ensino Mé dio. Brasília: MEC, 2002.

BRASIL. Ministério da Educação. *Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni).* Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=1085>

PEREIRA, Aparecida da Silva Soares. *A Oferta de Ensino Superior Público no Município de Dourados-MS* (2000-2012)**.** Monografia (Especialização). Dourados: UFGD/FAED, 2014.

QUEIROZ, C. M. et. all. Evolução do ensino médio no Brasil. *Simpósio Internacional:* o Estado e as políticas educacionais no tempo presente, 5., 2009, Uberlândia: UFU, 2009. Disponível em <http://www.simposioestadopoliticas.ufu.br/imagens/anais/pdf/EP07.pdf >>

ROCHA, T. A. F. e SANTOS, M. L. A expansão do ensino superior nos Governos Lula e FHC e as universidades públicas do Mato Grosso do Sul. *Encontro de Ensino, Pesquisa e Extensão* – ENEPE/UFGD, 2013**.** Disponível em: <<http://www.ufgd.edu.br/eventos/anais/enepe/index.php>>

UFGD. *Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia* – Licenciatura**.** Dourados: FAED/UFGD, 2009.

UNESCO. "Declaração de Hamburgo sobre Educação de Adultos". *V CONFINTEA.* Brasília: MEC, 2004.

UFGD. Oportunidade: UFGD terá duas formas de ingresso, ENEM/SISU e Vestibular. Dourados: UFGD, 14 de maio de 2013. Disponível em: <<www.ufgd.edu.br/noticias/oportunidade-ufgd-teve-duas-formas-de-ingresso-enem-sisu-e-vestibular>>

UFGD. Concorrência processo seletivo PSV-2013/UFGD. Dourados: UFGD, 2013. << http://www.ufgd.edu.br/vestibular/processo-seletivo-vestibular-2013/concorrencia >>
Acesso em 30 de junho de 2014. 2013b.